

QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE NA CADEIA DE FORNECIMENTO DE BANANAS DE CAMARÕES

Kingsly Awang Ollong¹

Introdução

Camarões é um país que dispõe de uma rica natureza. O país possui um grande potencial de recursos naturais, como solo fértil, capacidades hídricas e minerais, que o predispõe a ser um verdadeiro Jardim do Éden no campo agropastoril. Como resultado, a estrutura de sua força econômica foi construída sobre esse potencial. As autoridades políticas e institucionais, que controlam os altos cargos do Estado desde sua independência em 1960 e 1961, têm, de fato, feito da agricultura o principal ramo do desenvolvimento econômico camaronês (Bella 2009).

A opção de organizar o desenvolvimento econômico de Camarões em torno da agricultura, como meio preferencial de desenvolvimento, habilitou tanto autoridades do setor privado quanto do setor público a terem uma valiosa fonte de renda financeira, enquanto possuem certeza que as populações rurais, cuja principal atividade é a agricultura, igualmente se beneficiam dessa fonte de receita. Promover a melhora nas condições de vida da população rural foi o elemento chave no estabelecimento de uma política planejada, que objetivava promover um aumento substancial na produtividade agrícola, de alimentos e agro-industrial. Desde então, esse setor tem empregado entre 50 e 60% da população trabalhadora de Camarões (Atanga 2006). Em 2003 a agricultura gerou em torno de 1300 bilhões de francos CFA de produto interno bruto (PIB) ou 20% do PIB global, mais que um terço dos ganhos com comércio exterior do país (Bella 2009).

O cultivo de banana, por muito tempo, vem sendo um aspecto

¹ Departamento de História, Universidade de Bamenda, Bamenda, Camarões. E-mail: awangollong@yahoo.fr

chave no desenvolvimento agrícola de Camarões, tendo vantagem nesse impulsionado incentivo criado para o desenvolvimento da agricultura. No fim dos anos 1970, o Escritório Camaronês para Banana (OCB, sigla em francês), uma empresa paraestatal, foi estabelecido a fim de regular a indústria da banana em Camarões. Seu mandato visava organizar as cadeias de comercialização das bananas camaronesas (UNECA 1981). Para melhor cumprir a missão designada pelo Estado, foi fornecida para a OCB uma autonomia financeira, garantida através da alocação de subsídios, assegurando a cadeia de produção, a supervisão dos produtores e o acesso ao crédito e as entradas da agricultura para os operadores do setor das bananas em Camarões. As perspectivas atraentes e persuasivas de um mercado crescente no cultivo de bananas, além da oportunidade de adquirir novas terras nesse campo, que vinha sendo visto como terra *nullius*, despertaram o interesse de muitos operadores internacionais para esse setor em Camarões. Até 1988, o setor das bananas em Camarões foi organizado em torno da coexistência entre o cultivo alimentar e o cultivo industrial. Desde 1988, a organização do sistema produtivo mudou com a dissolução do OCB em 1993 – efetivamente assinalando o fim das pequenas fazendas produtoras de banana (Anania 2014, 173). Consequentemente, o campo foi deixado livre para as grandes corporações multinacionais do agronegócio. Sob o impulso desses grandes grupos, a indústria de bananas camaronesas experimentou um grande crescimento. Assim, ela despontou como a primeira maior cultura de exportação, impondo-se como uma atividade econômica fundamental (Atanga 2006).

A indústria camaronesa de bananas estava entre as maiores produtoras mundiais do setor, possuía a ambição de ser a maior exportadora do produto na região da Ásia-Caribe-Pacífico (ACP). Esse setor foi um dos principais fornecedores de emprego em Camarões. Em 2011, perto de 297.210 toneladas de banana foram exportadas, enquanto o comércio gerou cerca de 170 bilhões de francos CFA por ano, para uma produção média de 300.000 toneladas. No centro das atividades do setor das bananas, em Camarões, estão as concessões de terra exploradas pelos maiores grupos agroindustriais, que operam na Divisão de Mungo na região litorânea e em Tiko, na Divisão de Fako, na região sudoeste de Camarões (Anania 2014, 179).

A implicação dessas regiões na indústria de bananas foi motivada pela fertilidade do solo vulcânico, clima ameno e disponibilidade de mão de obra, bem como um enraizamento dessa cultura na economia de *plantation*, que havia sido instalada na era colonial. Essas áreas foram as terras escolhidas para as agroindústrias do setor das bananas em Camarões: ambas possuíam um histórico econômico longo e rico no cultivo de bananas

como principal atividade de plantio (Anania 2014, 182). Durante diversas décadas, Njombe-Penja e Tiko têm servido como hospedeiros para muitos operadores, engajados no cultivo e na exportação de banana. Os principais atores neste setor foram a Corporação de Desenvolvimento em Camarões, com plantações em Tiko e a *Plantation de Haut Penja (PHP)*, que é uma das afiliadas a gigante francesa do setor de frutas, *Compagnie Fruitiere*, com plantações em Njombe-Penja. Embora essa atividade tenha gerado muitos benefícios para as corporações multinacionais que operam as plantações, os trabalhadores e as comunidades em que estas são fundadas têm sofrido injustiças nas mãos das companhias. É neste contexto que este artigo se propõe a fazer uma avaliação de algumas questões de sustentabilidade que têm, por muito tempo, afetado a vida dos trabalhadores e comunidades.

Para entender algumas das questões de sustentabilidade na indústria de bananas em Camarões, esse estudo irá contar com entrevistas orais em documentários, como *The Big Banana* (A Grande Banana) que critica o impacto humano e ambiental das plantações de banana em Camarões. O documentário começa por apresentar uma vista aérea da comunidade de Njombe-Penja, onde a riqueza proveniente da economia da banana vai para a companhia multinacional *Plantation du Haut Penja (PHP)*, enquanto a maioria dos membros da comunidade continuam pobres. Os trabalhadores da PHP são mostrados cortando e transportando as bananas para a estação de processamento. O lucro gerado pela empresa, às custas dos trabalhadores, que são pagos com salários irrisórios, contrastam com os altos salários e benefícios recebidos pelos expatriados. Portanto, não é surpreendente que os consumidores europeus de banana se choquem ao escutar o salário real dos trabalhadores das plantações dessa commodity. Um consumidor do Reino Unido, apropriadamente, denomina a situação como “trabalho escravo”, enquanto outra expressa seu “desgosto” em relação às condições de trabalho dos empregados (*The Big Banana* 2009). Esses trabalhadores não são somente mal pagos; sua saúde também está em risco pela exposição a materiais químicos tóxicos (pesticidas, fungicidas, fertilizantes e outros agroquímicos). O filme indica que quatro de cada cinco agricultores sofrem de problemas oftalmológicos devido aos materiais tóxicos da PHP e, além disso, apresenta um ex-trabalhador da empresa que ficou cego. Ele foi demitido pela PHP por causa de sua deficiência e sem receber uma compensação adequada.

A saúde dos membros da comunidade em geral foi posta em risco pelas operações da PHP, especificamente a pulverização aérea de químicos, que é prejudicial para humanos, plantas, animais e córregos. Um membro da comunidade recorda ter sido pulverizado e internado no hospital por alguns dias; sem surpresa, a PHP se recusou tanto a pagar a

conta do hospital quanto a compensar a vítima. Outro lamentou como essas pulverizações contaminaram sua comida. O sistema de processamento da banana lava os químicos da fruta, entretanto a água contaminada não é bem descartada, e dessa forma, contamina as fontes de abastecimento de água potável da localidade.

O deslocamento de pessoas foi outro movimento oscilante dos procedimentos das plantações. Como uma corporação multinacional, a PHP conseguiu sufocar a concorrência das companhias menores. O baixo custo de produção e o incentivo à exportação proporcionada pela empresa permitiram que ela suplantasse os agricultores locais. Enquanto alguns foram pressionados a vender ou arrendar suas terras para a PHP, os mais resilientes testemunharam suas terras sendo expropriadas por oficiais do governo que conspiravam com a PHP. O Chefe Daniel Nsuga sintetiza a elite corrupta suscitada aqui. Ao longo do filme, ele minimizou as consequências adversas das plantações, indicando, ao mesmo tempo, que a comunidade está feliz com a presença da PHP. Além da questão levantada no filme, essa sessão providenciará um panorama geral e uma avaliação de alguns problemas recorrentes de sustentabilidade que afetam o setor de bananas em Camarões. Essas questões foram identificadas através de revisão bibliográfica existente, documentários e entrevistas com trabalhadores e especialistas corporativos, que estão direta ou indiretamente envolvidos no cultivo e exportação de banana em Camarões.

Teoria de Agricultura de Plantation aplicada a Camarões

Analisando profundamente a literatura existente, constata-se que as principais teorias sobre as *plantations*, tais como modernização, dependência e a articulação dos modelos de produção têm tentado avaliar o papel delas no processo de acumulação de capital, bem como a sua relação com camponeses e sociedades (Konnings 1993). Uma breve discussão acerca dessas teorias pode contribuir para o nosso entendimento sobre o papel dominante que o setor das agroindústrias em geral e da indústria de bananas em particular possuem na economia política de Camarões.

A escola de modernização do pensamento sempre defendeu a difusão do capital ocidental, do conhecimento, da tecnologia e dos valores como pré-requisitos necessários para o desenvolvimento e acumulação de capital em países em desenvolvimento (Long 1977; Varma 1980). Ela afirma que as *plantations* são unidades econômicas eficientes de produção, que se beneficiam das economias de escala e do progresso técnico e devem ser vistos como agentes importantes de desenvolvimento e acumulação de capital

(Graham & Floering 1984; Goldthorpe 1985). Contudo, deve-se notar que essas reivindicações, com frequência, têm sido contestadas. Por exemplo, de Silva (1982) e Rote (1986) demonstram de maneira convincente que a maioria das *plantations* quase não experienciaram inovações tecnológicas e tem amplamente preservado suas técnicas de produção através de trabalho intensivo. A *teoria da sociedade dual e da economia dual*, de considerável importância para o estudo das *plantations*, é uma conhecida variante da teoria da modernização (Boeke 1953; Lewis 1954). Argumenta-se que não há quase ligações entre um setor capitalista dinâmico e um enclave pré-capitalista. Alguns desses teóricos (Lewis 1954), entretanto, não excluem a possibilidade de um efeito adverso das modernas *plantations* no setor camponês tradicional (Konnings 1994). Essa teoria tem sido atacada severamente pelas escolas da dependência e da articulação dos meios de produção.

A grande parte dos estudos sobre a agricultura de *plantation* em Camarões têm sido implícita ou explicitamente escritas sob o ponto de vista da modernização (Epale 1985). O livro de Epale sobre a história das *plantations* e o CDC em Camarões anglófono foi claramente inspirado na teoria da economia dual. As circunstâncias especiais em Camarões Ocidental, e a introdução de um sistema de *plantation* moderno como enclave na economia relativamente atrasada e desarticulada da região, na virada do século 19, e o desenvolvimento desse enclave ao seu estado atual, teve, em equilíbrio, um efeito salutar sobre a economia (Epale 1985, 7).

Ao contrário da teoria da modernização, a *teoria da dependência* afirma que a promoção do meio de produção capitalista através das *plantations* na “periferia” conduziu, inevitavelmente, a um crescente subdesenvolvimento e a dependência em relação a países capitalistas do norte (Frank 1967, 1969; Leys 1975). Esta perspectiva de dependência das *plantations*, como agentes do subdesenvolvimento e exploração, tinha sido elaborada nos estudos especializados sobre *plantations* na América Latina (Oxaal 1975; Benn 1974), Ásia (de Silva 1982; Bagchi 1982) e África (Brett 1973; Leys 1975). O trabalho mais influente nesta escola de pensamento é, sem dúvida, o de Beckford: *Pobreza persistente: Subdesenvolvimento em Economias de Plantation do Terceiro Mundo* (1972). Ele caracteriza as *plantations* como enclaves devido ao seu domínio por empresas multinacionais ocidentais, que estão interessadas em drenar o capital da periferia para os países industrializados. Sua especialização exclusiva em commodities para exportação tem resultado em padrões de cultivo monoculturais, negligência da produção de alimentos e uma dependência perigosa dos preços do mercado mundial.

De acordo com Beckford (1972: 215), esta natureza de enclave das *plantations* causou uma série de subdesenvoltimentos injustos na economia

doméstica e na sociedade, além de criar uma síndrome de dependência crônica, que se manifesta como um sistema de valores caracterizado pela dependência e baixa motivação, bem como por fortes tradições autoritárias. Surpreendentemente, vários estudos (Epale 1985; Molua 1985; Jua 1990) sobre *plantations* em Camarões tendem a apoiar a sua avaliação negativa das consequências desse sistema para as sociedades locais e para as economias e o desenvolvimento de uma síndrome de dependência crônica entre a população local.

A perspectiva da escola da dependência sobre o sistema de *plantation* parece ser capaz de superar algumas das deficiências da teoria da modernização. Isso nos ajuda a situar o estudo das *plantations* num contexto histórico e internacional, com a introdução desse modo de produção no período colonial, quando foi um importante método de acumulação de capital das metrópoles, sua dominação (antiga) do capital estrangeiro, sua administração e sua dependência vulnerável ao preço do mercado mundial de commodities. No entanto, a teoria da dependência não prestou atenção suficiente às mudanças que ocorreram no sistema de *plantation*, a luz das transformações no sistema capitalista mundial e a independência dos Estados coloniais. Por um lado, as corporações multinacionais agora controlam o mercado e o comércio capitalista mundial dos produtos das *plantations*. Elas também controlam parte do processo necessário, embora elas tendam a “desinvestir” nas produções (arriscadas) das *plantations per se* (Barker 1984).

Por outro lado, os Estados pós-coloniais têm tentado estabelecer uma maior medida de controle sobre as suas economias nacionais. Intervêm no controle, regulamentação e estímulo as *plantations* e tentam integrar os pequenos produtores nesse sistema, desafiando a tese da escola da dependência, da existência de uma classe política compradora nos Estados recém independentes e da impossibilidade de um desenvolvimento capitalista mais autônomo na periferia (von Muralt & Sajhau 1987; Sajhau & von Muralt 1987). Em alguns casos, Estados pós-coloniais tomaram medidas que levaram a nacionalização parcial ou completa (Bolton 1985), enquanto em outros casos, eles agiram em parcerias com joint-ventures, com capital privado estrangeiro ou local. Entretanto, seguindo a liberalização da economia camaronesa nos anos 1990, as *plantations* têm sido dominadas por multinacionais no nível de cultivo e exportação. Dado que a principal busca dessas empresas é a maximização do lucro, a exploração se tornou a ordem do dia, como veremos mais adiante (Awang 2011, 203).

A terceira escola de pensamento, que fez significativas contribuições para o estudo do papel das *plantations* na acumulação de capital e sua relação com a produção e a sociedade camponesa, tem sido a chamada de

teoria da articulação dos modos de produção, como propagado por estudiosos como Laclau (1971), Meillassoux (1972, 1975, 1977), Rey (1971, 1973, 1976, 1979), Terray (1969, 1975, 1979), Wolpe (1972, 1980) e van Binsbergen & Geschiere (1985). Eles não aceitam a visão da teoria da dependência de que as sociedades pré-capitalistas têm sido destruídas ou totalmente transformadas, seguindo a incorporação ao sistema capitalista mundial. Em vez disso, eles argumentam que o sistema pré-capitalista foi, ao menos parcialmente, preservado desde o domínio colonial, embora subordinado ao modo de produção capitalista dominante. Alguns deles, particularmente Meillassoux (1975) e Wolpe (1972, 1980), enfatizaram que esta preservação (parcial) dos modos de produção pré-capitalista podem ser benéfica para os setores capitalistas dominantes, como a mineração e as *plantations*. A acumulação de capital pelas *plantations* depende, e é salvaguardada, do suprimento de terras baratas, de trabalhadores e de commodities pela comunidade doméstica. Os donos das *plantations* podem transferir os custos da reprodução da força de trabalho para as comunidades domésticas e dessa forma reduzir os seus custos de produção.

A maioria dos estudiosos clama que o estabelecimento da dominação capitalista e a subordinação dos modos de produção pré-capitalistas nem sempre foram fáceis ou automáticos nos processos da formação social africana. Rey (1971) em particular afirma que o “modo de produção por linhagem” ofereceu (inicialmente) resistência à dominação capitalista em defesa de sua própria autonomia e o capitalismo enfrentava consideráveis obstáculos na sua tentativa de enraizar-se nos modos de produção pré-capitalistas. Ele tentou demonstrar a existência de uma variedade de mecanismos para integrar os modos de produção pré-capitalistas no sistema capitalista, mecanismos que ocorrem em diferentes formas e combinações, e explicam as enormes variações no processo de articulação na África: (inicialmente) a violência estatal, contradições de classe dentro do modo pré-capitalista de produção, o estabelecimento de alianças entre as classes dominantes e setores pré-capitalistas, e a (gradual) operação das forças de mercado (Geschiere 1978, 1985).

Ao contrário das escolas da modernização e da dependência, a escola do modo de produção foi capaz de demonstrar os problemas que acompanham a subordinação da autonomia das sociedades pré-capitalistas aos imperativos da acumulação de capital e fornecer um quadro mais detalhado do impacto variado da produção capitalista de *plantation* nas comunidades domésticas circundantes. Ao mudar do nível da troca para a produção, foi capaz de explicar a existência contínua de modos de produção pré-capitalistas, que ao invés de serem destruídos, são reformados e subordinados aos modos capitalistas de produção.

Essas três escolas de pensamento fornecem um ponto de partida útil para examinar o interesse de alguns Estados pós-coloniais em continuar com a produção por *plantation*. O setor agro-industrial em camarões tornou-se um dos principais pilares das políticas agrícolas dos Estados pós-coloniais. Courade (1984) e Konings (1993a) têm, convincentemente, demonstrado que o Estado camaronês pós-colonial continuou a alocar uma porção substancial de seu orçamento agrícola para a expansão do setor agro-industrial, em particular para a criação e expansão do setor de agroindústrias paraestatais, que conta com, aproximadamente, 60% de seu orçamento agrícola durante o terceiro e quarto plano de cinco anos do país (1971-1981).

Teóricos da modernização vêem o apoio do Estado pós-colonial camaronês à expansão agro-industrial como uma clara expressão do altruísmo das elites políticas e do destacado compromisso com a modernização da produção agrícola. A tardia promoção do modo de produção de *plantation* foi mais para contribuir com a saída e a acumulação de capital que a produção camponesa “arcaica”. Contudo, com a drástica queda nos preços das commodities agrícolas no começo dos anos 1980, Camarões ficou enfraquecido e foi forçado a sofrer um ajuste estrutural, que após eclipsou o Estado de maiores decisões a respeito da comercialização de produtos agrícolas (Ngho 1998).

Os teóricos da dependência (Molua 1985), ao contrário, argumentam que o interesse do Estado camaronês pós-colonial, encorajando a expansão agro-industrial, reflete os interesses da classe das elites políticas. Eles alegam que as elites que governam estão colaborando de perto com o capital estrangeiro, visando estimular a expansão da agro-industrial, uma vez que tem sua própria participação no projeto que, inevitavelmente, leva a profunda dependência e ao subdesenvolvimento.

A teoria de articulação dos modos de produção é, também, potencialmente capaz de ajudar a explicar os interesses pós-coloniais do Estado camaronês na expansão agro-industrial. Esta escola assume que a intervenção estatal foi somente requisitada no processo *inicial* da articulação dos modos de produção (Rey 1971, 1973; Meillassoux 1972, 1975). A intervenção estatal inicial ajudou a estabelecer a supremacia do modo capitalista de produção e a subordinação final do modo de produção pré-capitalista aos imperativos da acumulação de capital colonial: o suprimento da terra, trabalho e commodities agrícolas para setores capitalistas, em especial o das *plantations*. Parece ter ignorado a possibilidade do Estado pós-colonial se interessar na produção expandida e na acumulação de capital levando a renovar a intervenção estatal de modo incorporar a comunidade doméstica relativamente autônoma no modo de produção capitalista (Hyden 1980; Konings 1986a).

Essas três maiores teorias ajudam a explicar o papel das *plantations* no processo de acumulação de capital, sua relação com as sociedades pré-capitalistas e o interesse político de alguns Estados pós-coloniais, como Camarões, em sua expansão. As questões de sustentabilidade levantadas por esse estudo são a continuação dos motivos de exploração que levam a emergência do capitalismo e a eventual colonização do continente africano. Essas tendências de exploração, como expressas pela escola da dependência, foram muito visíveis na cadeia de fornecimento industrial de bananas em Camarões.

A economia política da indústria de banana em Camarões

O setor das bananas é um cubículo chave e maior agroexportador na política econômica de Camarões. É um circuito de lucros e poder. Essa sessão dará ênfase ao lugar que o setor de bananas ocupa na economia global através de um exame da, recorrente chamada, guerra da banana, análise das origens coloniais da indústria da banana e finalmente, fará uma avaliação dos atores principais que são a Cameroon Development Corporation, a Del Monte e a Plantation du Haut Penja, que é uma subsidiária da *La Compagnie Fruitière* na França.

Produção e comércio internacional de banana

A banana, como uma commodity agrícola, é um dos principais produtos do comércio internacional. Ocupa um lugar importante no comércio agrícola, depois de cereais, açúcar, café e cacau. É uma das principais fontes de alimentação dos países em desenvolvimento. A banana tem crescido em importância no jogo geopolítico, como será apresentado no parágrafo abaixo, em níveis nacionais e internacionais nos quais os países produtores estão inseridos. A cultura da banana está baseada em uma economia a qual a estrutura simboliza a persistência das dinâmicas neo-imperialistas ou neo-colonialistas na globalização da economia agrícola.

Seis países (Índia, Brasil, Equador, Filipinas, Indonésia e China) dominam o mapa econômico da produção de banana (55%). Contudo o comércio internacional de banana é dominado por três grandes corporações multinacionais (Chiquita Brands, ex-United Fruit, Del Monte e Dole Food Inc.). Este trio controla 65% das exportações mundiais de banana, configurando-se como um oligopólio global. A indústria global de bananas é marcada por alguns países como Índia e Brasil, que estão entre os principais produtores, mas raramente estão envolvidos no comércio internacional. O

argumento de consumo interno é regularmente invocado como justificativa para essa ausência, confirmando a predominância da fruta amarela na dietas das populações. O setor das bananas é uma indústria muito dinâmica. A produção mundial mais do que dobrou desde 1990, de em torno de 47 milhões para 107 milhões de toneladas em 2013; o comércio internacional de bananas mostrou crescimento similar, aumentando de nove milhões de toneladas em 1990 para 20 milhões de toneladas em 2013 (Anania 2014, 183)

Em 2013 os seis principais produtores de banana representaram quase dois terços (62,4%) da produção global; eles eram, por ordem de importância: Índia (27.6 milhões de toneladas), China (12.1), Filipinas (8.6), Brasil (6.9), Equador (6) e Indonésia (5.4). Os maiores exportadores líquidos de banana e seu ranking não coincidem com aqueles baseados na produção, como a Índia e China, os dois maiores produtores, são comerciantes internacionais marginais e importadores líquidos (504 000 toneladas em 2013) respectivamente. O maior exportador líquido em 2013 foi o Equador (5.5 milhões de toneladas, 27,7% do total mundial de exportações), seguido de Filipinas (3.2, 17,2%), Guatemala (2.0, 16,3%), Costa Rica (1.9, 9,8%) e Colômbia (1.6, 8,2%). Em 2013, os cinco maiores países exportadores sozinhos representavam 79% do mercado mundial (Anania 2014, 185).

A concentração do mercado para importações é ainda maior que para exportações. A União Europeia, com 4.9 milhões de toneladas de bananas importadas em 2013 (25% do mercado mundial), é o maior importador, seguido dos EUA com 4.3 milhões de toneladas (22% do mercado). Outros importadores líquidos importantes foram a Federação Russa (1.3 milhões de toneladas), o Japão (1 milhão de toneladas), Canadá (557 000 toneladas) e a China (Anania 2014, 187). Os fluxos comerciais do comércio da banana mostram um claro padrão de regionalização. Ao menos em parte, esse é o resultado dos regimes de importação de bananas, passado e presente, da União Europeia. Praticamente todas as exportações do grupo de países africanos, caribenhos e pacíficos (ACP) se destinam à UE, enquanto a exportação de bananas de países latino americanos se destinam a Europa, Rússia e Américas do Norte e do Sul. Praticamente todas as importações de banana dos EUA e do Canadá vem da América Central e Sul, e acima de 95% das importações de bananas da Rússia, em 2013 vieram, sozinhas, do Equador. O mercado asiático é caracterizado como um mercado regional separado do resto do mundo e com uma grande capacidade das importações serem satisfeitas por exportadores da própria região. Por exemplo, em 2013, o Japão, maior importador na região, importou 93% de suas bananas das Filipinas (FAO 2014).

Os países na região da África-Caribe-Pacífico (ACP) em 2010

representaram por volta de 23% do total das exportações do comércio internacional da fruta. As bananas do ACP são exportadas, primariamente, para países da União Europeia, principalmente pois os produtos desta área têm recebido acesso preferencial desde 1993 (FAO 2014). Este privilégio, que opera contra as atuais regras sobre competitividade que organizam o comércio internacional no quadro neoliberal na Organização Internacional do Comércio (WTO), é devido aos seus laços de origem colonial.

As origens coloniais da Indústria Camaronesa de Bananas

Três argumentos foram avançados para indicar com autenticidade a origem do cultivo de banana na África. O primeiro argumento sustenta que a banana foi introduzida na África por marinheiros portugueses no século 16. O segundo considera que foram os árabes e persas quem foram os responsáveis por introduzir a banana na África por volta do século oito AD. A terceira visão, de acordo com Norma Simmons, é a de que a banana foi introduzida por volta do século dez. As descobertas arqueológicas sugeriam traços de cultivo há cerca de 2500 anos.

É com o estabelecimento da economia de *plantation* pelos alemães (1889-1916) que nós podemos datar a organização industrial do cultivo de banana em Camarões. O desenvolvimento do território camaronês sob o protetorado alemão (Schutzgebiet), baseado em planos agrícolas e infra-estruturais, veio materializar o assentamento alemão. Nesse contexto de dominação e exploração colonial, foram implementadas grandes *plantations* de produtos para exportação, como café, borracha, óleo de palmeira, cacau e banana, a fim de suprir a metrópole. Essa economia agrícola, baseada em concessões, encorajou a apropriação de terra e a desumanização das condições de trabalho. Esses fenômenos levaram a revoltas nas *plantations* ao redor da região de Douala e igualmente desencadearam uma greve fiscal. No entanto, o domínio colonial alemão não foi contestado. Mesmo com o advento do sistema de mandato que surgiu após a derrota dos alemães durante a Primeira Guerra Mundial, as concessões agrícolas ainda eram mantidas, apesar da mudança dos planos de mandato (1914-1946) e de tutela (1946-1960), pelos interesses corporativos das novas potências coloniais, França e Grã-Bretanha (Comissão Econômica das Nações Unidas para África (UNECA 1984).

Com o advento da independência de Camarões Francês em 1960 e a subsequente reunificação com Camarões Britânico do Sul, um ano depois, surgiu uma dinâmica de transformação econômica e política da paisagem agroindustrial. Nesse contexto, as novas autoridades pós-coloniais instruíram as autoridades públicas a fazerem da agricultura uma

alavanca para o crescimento e desenvolvimento em Camarões. Ao fazê-lo, limitou os regimes coloniais de exploração e gestão da indústria da banana (Kaptue 1986). Seguiu-se a coabitação entre os operadores da indústria privada do sector da banana e os produtores locais (pequenos proprietários), coordenados por uma entidade estatal conhecida como *Organization Camerounaise de Banane (OCB)*. Esta coexistência foi desafiada com a dissolução da OCB em 1988, levando à extinção da produção camponesa.

O desaparecimento da OCB marcou uma mudança radical no sector da banana em Camarões, para um regime liberal de produção e comércio. Isto porque a Associação Camaronesa da Banana (*ASSOBACAM*), criada em 1988 para substituir a OCB, não conseguiu assumir as funções de *coaching* da produção camponesa (*ASSOBACAM 2015*). Neste contexto, os operários camponeses estavam condenados a desaparecer por não terem conseguido enfrentar os desafios da concorrência liberal que levaram grandes corporações multinacionais envolvidas na indústria da banana à publicidade. O desaparecimento da OCB deixou a porta aberta a operadores privados, que na maioria dos casos eram grandes grupos industriais estrangeiros. Essas grandes empresas, especializadas na produção de bananas, beneficiaram-se da situação para reforçar a sua posse nas *plantations* de bananas existentes em Camarões. Esse movimento promoveu o fato de que certas áreas de produção, como a de Njombe-Penja, se tornaram a reserva exclusiva do grupo PHP. Este grande grupo aumentou a sua concessão em vastos hectares de terra em Njombe-Penja e arredores, produzindo principalmente bananas e abacaxis para mercado da UE e pimenta para vender nos mercados locais. A Cameroon Development Corporation (CDC) veio com um projeto que permitiu a Del Monte gerenciar as plantações de banana de Likomba em Tiko.

Atores na economia da banana em Camarões

A produção de bananas para a sobremesa em Camarões é extremamente concentrada; no passado recente quatro empresas produziram virtualmente todas as bananas exportadas do país: a *Société des Plantations du Haut Penja (PHP)*, a Cameroon Development Corporation (CDC), a BOH Plantations Limited (BPL) e a *Société des Plantations de Mbanga (SPM)*.

O grupo Plantation du Haut Penja é o maior operador, com 57% das exportações totais de bananas de Camarões em 2010 e uma quota que permaneceu acima de 40% entre 1994 e 2003. O grupo é uma combinação de duas empresas, a própria PHP e a SBM. O PHP pertence inteiramente à *Compagnie Fruitière*, uma empresa franco-americana possuída pela família francesa Fabre (60%) e pela Dole (40%). O PHP controlou 51% a

empresa SBM, com os investidores de Camarões e a firma italiana Simba possuindo os restantes 13% e 36%, respectivamente (ASSOBACAM 2015). A Compagnie Fruitière tem estado presente em Camarões desde o início dos anos 80. É um ator importante no setor de banana em outros países da região, principalmente Costa do Marfim e Gana (www.compagniefruitiere.com). Embora a principal atividade do PHP permaneça no cultivo e exportação de bananas, também esteve envolvida na exportação de flores e pimenta em Camarões. De acordo com o Relatório de Responsabilidade Social Empresarial da La Compagnie Fruitière, todas as bananas PHP são certificadas pela GlobalGAP e pelo ISO14001, enquanto que 800 dos 3 300 hectares que cultivam e quatro das suas embalagens são certificadas pelo Comércio Justo; As bananas PHP também atendem aos padrões de qualidade “Nature’s Choice” da Tesco, um padrão privado que é mais rigoroso do que o GlobalGAP em termos dos produtos químicos que podem ser usados. O PHP está fortemente empurrando para a introdução de um rótulo “africano” para bananas de alta qualidade da região da África Ocidental (Camarões, Costa do Marfim e Gana), um certificado de garantia de qualidade para ser usado em conjunto com rótulos de empresas privadas. O PHP paga a seus funcionários um salário que está significativamente acima do salário mínimo. A Compagnie Fruitière possui instalações de amadurecimento em vários países europeus e na African Express Line (AEL), uma companhia marítima que opera uma frota de guarda-marinha. O PHP está em processo de expansão da produção de bananas, aumentando suas terras cultivadas em quase 25%. Atualmente, o PHP está fornecendo a CDC e BPL, as únicas duas outras empresas produtoras de banana no país, de forma contratual, assistência técnica no campo. Além disso, a Compagnie Fruitière lida, com base em comissões, com todas as exportações da BPL e com parte das da CDC (Ouma & Jagwe 2010).

A Cameroon Development Corporation (CDC), por sua vez, responde por cerca de 40% da produção e exportação de bananas de Camarões. A baixa produtividade e a liberalização do setor agrícola em Camarões levaram à aquisição do projeto de banana do CDC pela Del Monte em 1992. A CDC é uma das maiores empresas do país no setor agroindustrial com o maior número de funcionários após o Estado. Suas operações estão concentradas na agricultura, principalmente na produção e exportação de bananas, óleo de palmeira e borracha. As plantações de bananas da CDC cobrem cerca de 3 900 ha (16 000 ha são dedicados à produção de óleo de palmeira, 24 000 à borracha). O governo fez esforços para privatizar a CDC desde 1998, sem sucesso, e isso deixou a gerência da CDC em um cenário de médio prazo muito incerto, que teve efeitos negativos nas decisões de investimento, incluindo aqueles relacionados com planos de rotação de

bananas e gerenciamento de drenagem. Grande parte das *plantations* da CDC foram caracterizadas por uma qualidade do solo relativamente baixa e uma alta precipitação, o que criou condições favoráveis à propagação da sigatoka negra. Entre 1988 e 2011, graças à parceria com a Del Monte, a CDC empregou 6 500 trabalhadores em suas operações de banana. Os trabalhadores recebem um salário de 36.700 que é ligeiramente acima do salário mínimo de 28.000 ao qual tem direito por lei (Ntube 2013). De 1988 até 2011, a CDC atuou em estreita parceria com a Del Monte Fresh Fruit, que prestou assistência técnica na área de produção e exportou a maioria das bananas da CDC a um preço fixo, pré-determinado a bordo (FOB) pelo porto de Douala. Após a expiração do contrato, e a recusa da De Monte em renovar o contrato, a CDC foi obrigada a buscar assistência técnica, primeiro da SPM e depois da PHP. As bananas vendidas através da Del Monte foram rotuladas de ‘Del Monte Cameroun’. Algumas exportações da CDC também estavam ocorrendo sob o rótulo ‘banana CDC’ (Azengela 2013). A CDC lançou sua própria marca de bananas de alta qualidade em 2010, rotulado ‘Makossa’. A partir de 2011, a CDC conseguiu comercializar 3.000.000 caixas de bananas (o equivalente a 54.400 toneladas) por ano, através da Del Monte, a um preço FOB pré-fixado – que é estabelecido por uma base anual – enquanto o resto da produção, incluindo as bananas de alta qualidade etiquetadas com o rótulo Makossa, é exportado pela Compagnie Fruitière, por uma comissão (Azengela 2013). As bananas Makossa são vendidas principalmente no sul da França, onde o reconhecimento do consumidor é maior. Todas as bananas da CDC são certificadas pela GlobalGAP. No passado, a CDC usava *containers* refrigerados para enviar suas bananas, quando Maersk oferecia um bom negócio, uma vez que precisava enviar os *containers* carregados ao invés de retorná-los vazios para a Europa. Enquanto a CDC não considerava obter o certificado de Fair Trade para suas bananas no passado – a Del Monte nunca viu isso como uma estratégia que valesse a pena perseguir (Anania 2014, 189).

Questões de sustentabilidade na cadeia de fornecimento de banana em Camarões

As questões de sustentabilidade na cadeia de fornecimento de bananas em Camarões são divididas em questões de direitos trabalhistas, delinquência fiscal, questões de direitos à terra, questões de saúde/segurança e degradação ambiental. Isto, no entanto, não deve ser visto como uma lista exaustiva de questões de sustentabilidade que afetam o cultivo, produção e comercialização de bananas em Camarões. Para uma melhor compreensão de algumas questões de sustentabilidade testemunhadas na

cadeia de fornecimento de bananas de Camarões, optamos por tratar um estudo de caso específico do principal produtor de banana de Camarões. Para este efeito, será analisada a Plantation du Haut Penja (PHP), uma filial da Compagnie Fruitiere. A pesquisa realizada para este estudo de caso concentra-se em condições de trabalho da PHP sem se preocupar em examinar o que acontece no último nó da cadeia de suprimentos que lida essencialmente com a comercialização. Além disso, ele traz à tona informações de comunidades ao redor das *plantations* em NjombePenja que acusam a empresa de tomar sua terra ancestral, que era usada para a agricultura de subsistência. Este estudo de caso apresenta resultados de entrevistas realizadas em 2014 e 2015 e avalia todas as mudanças e desenvolvimentos ocorridos durante o período de pesquisa.

O lugar do trabalhador na cadeia de fornecimento de bananas em Camarões

As análises sob esta rubrica vão focar mais na categoria de trabalhadores, horas de trabalho/horas extras e remuneração. A PHP terceirizou a maior parte de seu trabalho de plantio para empreiteiros, que se envolveram em um processo de licitação e então recrutaram seus próprios trabalhadores, que não conseguiram assinar quaisquer contratos escritos. Esta categoria de trabalhadores foi referida como trabalhadores de agência. O número real de trabalhadores de agência é desconhecido, mas há mais de dez empresas contratantes que fornecem trabalhadores para PHP. Os trabalhadores da agência não pertencem ao sindicato dos trabalhadores e não gozam de quaisquer benefícios. Eles não têm direito a serviços médicos gratuitos, subsídios alimentares, alojamento gratuito ou bônus. Sempre que ficam doentes ou feridos, mesmo que em plantações da PHP, embora tenham acesso as clínicas da empresa, são obrigados a pagar as contas médicas, as quais muitos trabalhadores não são capazes de arcar (Nzimbi 2014).

De acordo com alguns agentes anônimos entrevistados, as empresas contratantes só anotam os nomes das pessoas que se oferecem para o emprego, para dar-lhes o equipamento necessário e implantá-los onde forem necessários. Esses trabalhadores são o grupo mais vulnerável. Eles não são sindicalizados e não têm segurança no emprego. Na ausência de um contrato, estes trabalhadores correm maior risco de demissões injustas e são impedidos de obter qualquer reparação, uma vez que não têm prova de estarem empregados (Chefe Nsonga 2014).

Horas de trabalho e hora extra

Em Camarões, de acordo com o código do trabalho (Code de Travail 1992), uma semana normal de trabalho é de 40 horas e cinco dias úteis. Todas as horas trabalhadas acima de 40 horas são tratadas como horas extras e devem ser pagas à taxa de pelo menos 150% dos salários de horários normais. Durante as entrevistas realizadas em 2013, os trabalhadores relataram que deveriam trabalhar aos domingos. Embora as horas extras fossem pagas, proporcionando um complemento muito necessário aos rendimentos dos trabalhadores, aqueles que se recusassem a trabalhar aos domingos poderiam esperar ações disciplinares ou mesmo demissão. A PHP alegou que os trabalhadores aceitaram voluntariamente as mudanças de domingo e que o Tribunal de Relações Industriais recusou um pedido de um trabalhador para que se continuasse a trabalhar sete dias por semana (Pigeaud 2009).

Entrevistas recentes (agosto - setembro de 2015) revelaram algumas mudanças importantes em relação ao horário de trabalho e horas extras. O mais significativo é a remoção de horas extras e pagamentos em quase todos os departamentos. Além disso, as informações fornecidas pelos trabalhadores inquiridos sugerem que a PHP tornou isto possível deslocando parte do trabalho anteriormente realizado pelos seus trabalhadores permanentes e sazonais para os seus trabalhadores de agências (Oxfam 2009).

Para todos os trabalhadores permanentes e sazonais, as horas extras obrigatórias aos domingos não são mais necessárias; trabalhadores agora desfrutam de um dia de folga aos domingos. Além disso, a semana de trabalho foi reduzida para cinco dias. No entanto, as semanas de trabalho para os trabalhadores permanentes e sazonais ainda totalizam até 48 horas. Três dias por semana; eles trabalham 8 horas por dia, enquanto dois dias por semana trabalham por 12 horas por dia. O Código do Trabalho de Camarões (1992) não faz menção a esta prática de submeter os trabalhadores a turnos de 16 horas. A ênfase está em 48 horas por semana; Portanto, os empregadores podem aproveitar essa lacuna (La Nouvelle Expression, Fevrier 2012).

De acordo com os trabalhadores permanentes e os de agência entrevistados, esta remoção de horas extras tem reduzido significativamente a sua renda mensal. A empresa observa que introduziu um “subsídio de deslocamento” para compensar a perda dos pagamentos de horas extras. Ainda assim, o fato de não ter havido qualquer referência a esta medida nas entrevistas sugere que esta medida não compensa totalmente a perda de rendimento, derivada do menor número de horas extras. Os trabalhadores reclamaram que a supressão das horas extras e dos pagamentos obrigou-os a encontrar alternativas, fontes de renda adicionais. Segundo os trabalhadores,

eles agora dependem de credores informais de dinheiro, que podem cobrar até 100% de juros para qualquer quantidade de dinheiro emprestado apenas por um mês (Ewane 2015).

As horas de trabalho entre os trabalhadores de agência muitas vezes podem exceder as oito horas por dia, e eles são obrigados a completar objetivos diários. Por exemplo, os colhedores de banana têm de completar um objetivo diário de 100 a 150 cachos antes de receberem o salário diário de 400 francos CFA (€ 0,88). Se o objetivo não for alcançado, o trabalhador pode optar por continuar trabalhando ou a tarefa será adicionada a sua meta para o dia seguinte. Aqueles que não conseguem cumprir a meta são eventualmente penalizados, e podem ter parte do seu salário deduzido (Manu 2015). Uma vez que o trabalho de plantação é muito difícil, a maioria dos trabalhadores, especialmente as mulheres, não atinge os objetivos e, portanto, sofrem de cortes salariais ou mesmo de perda dos postos de trabalho.

Remuneração

Através de visitas de campo às plantações, descobrimos que os salários da PHP estavam abaixo do salário mínimo legal de 28.700 francos CFA (€ 36) por mês naquela época. Em 2013, a média mensal dos salários base dos trabalhadores da PHP era de cerca de 24.000 francos CFA (€ 29, com base em 48 horas de trabalho). Além disso, os trabalhadores de agências receberam 4000 francos CFA (7 euros) em horas extras por mês (as horas extras eram remuneradas a 150 francos CFA (0,30 euros) por hora, enquanto os trabalhadores permanentes recebiam 5200 francos CFA (11 euros) como subsídio alimentar. O salário líquido mensal entre 2009 e 2012, incluindo salários e subsídio de alimentação, foi de cerca de 36.000 francos CFA (€ 50) (Ekane 2014).

Em Janeiro de 2012, o salário mínimo legal em Camarões foi ajustado de 300 francos CFA (€ 0,50) para 520 francos CFA (€ 0,88) por dia. O salário mínimo mensal foi assim elevado para 33.326 (€ 57) por mês. Em resposta, a PHP aumentou os salários (até 28%) para todos os trabalhadores contratados diretamente pela empresa (trabalhadores permanentes e sazonais). O salário médio diário para os trabalhadores da PHP era de 900 francos CFA (€ 1,43) por dia e o salário base mensal era de cerca de 31.000 francos CFA (€ 47). O salário líquido mensal médio em 2015 para um trabalhador permanente era de cerca de 33.000 francos CFA (€ 55). Isso é um pouco acima do salário mínimo legal (Simeu 2015).

Os trabalhadores reconheceram que houve alguma melhoria quando comparam o seu pacote salarial em 2013 com o que ganharam

em 2015, uma série de desenvolvimentos foi observada. Por exemplo, o subsídio alimentar foi ajustado de 5.200 francos CFA em 2013, e subiu para cerca de 6.000 (€ 13) em 2015. Além disso, o subsídio para habitação de 4.353 francos CFA (€ 7) foi introduzido nos ganhos dos trabalhadores, que não vivem em casas fornecidas pela empresa. No entanto, a mudança mais significativa é que não há mais pagamentos de horas extras ou bônus de participação para os trabalhadores da PHP. De fato, enquanto os salários básicos aumentaram, os pagamentos mensais totais líquidos diminuíram cerca de 10%, já que os trabalhadores permanentes e sazonais deixaram de ganhar salários extras ou um bônus de assiduidade (Njume 2015).

Todos os trabalhadores permanentes e sazonais entrevistados queixaram-se da supressão das horas extras e do pagamento delas. Segundo eles, a remoção reduziu significativamente sua renda mensal. Não está claro por que a PHP removeu as horas extras e até introduziu um dia extra além do domingo, mas é provável que isso tenha sido feito para economizar custos (Ndifor 2015). De acordo com alguns funcionários da empresa que foram entrevistados, não há pagamentos de horas extras, porque a PHP transferiu algumas das tarefas anteriormente realizadas por trabalhadores permanentes e sazonais para os trabalhadores da agência.

Além disso, observou-se que, apesar de os trabalhadores permanentes e sazonais receberem subsídios iguais (subsídio de casa, subsídio alimentar, etc.), existem diferenças nas rendas mensais entre as duas categorias. De acordo com os trabalhadores sazonais, todos eles pertencem ao mesmo grau e recebem pagamentos iguais. Em contrapartida, os trabalhadores permanentes são classificados e, portanto, recebem uma remuneração mais elevada.

Outra observação é que, embora os pagamentos por parte da PHP tenham sido ligeiramente superiores ao salário mínimo do governo e também acima da média dos salários em outros setores, eles não foram suficientes para sustentar um trabalhador e sua família durante todo o mês. O custo de vida diário para um camaronês rural a partir de janeiro de 2014 foi calculado em 1.531 francos CFA (€ 2.63) para trabalhadores sem benefícios de alguma espécie, 1.408 francos CFA (€ 2.42) para trabalhadores com benefícios de alguma espécie e 1.193 francos CFA (€ 2.05) para os trabalhadores que recebem mais benefícios. Os empregados na lista de pagamento da PHP recebem uma série de benefícios e seu salário médio diário para casa ficou em 1.192 francos CFA (€ 1.90) em 2015. Assim, os salários na PHP são um pouco abaixo do salário necessário para suprir o custo de vida. De acordo com a empresa, os salários de nível de entrada são bem acima do nível do salário necessário. No entanto, não está claro exatamente como a empresa chega a essa conclusão.

Uma visita de campo a PHP para entrevistas com trabalhadores de agência estabeleceu que os incrementos dos salários de 2015 só afetavam os trabalhadores diretamente contratados pela companhia. Os trabalhadores de agência que constituem a maioria da força de trabalho da PHP não foram cobertos por este incremento salarial.

Os trabalhadores de agência entrevistados indicaram que recebem um salário diário de 851 francos CFA (1,15 euros) por uma jornada de trabalho de oito horas, o que equivale ao salário mínimo legal e muito abaixo dos níveis de salários diários calculados. Como observado antes, o seu dia de trabalho de oito horas só existe no papel, uma vez que na prática eles podem trabalhar muito mais tempo para atingir sua meta. Os trabalhadores de agência recebem seus salários uma vez por mês, mas não recebem boletins de pagamento. Ao contrário de outras categorias de empregados na PHP, os trabalhadores de agência não se beneficiam de privilégios como alojamento gratuito, serviços médicos e subsídios alimentares. Eles alugam casas nas aldeias vizinhas que estão a cerca de 3-5 quilômetros das plantações. A maioria deles vai até os escritórios da agência, e são transportados de lá até suas estações de trabalho designadas (Big Banana 2012).

Claramente, os trabalhadores de agência ganham muito menos do que os trabalhadores contratados diretamente pela PHP, sofrendo também de completa falta de segurança no trabalho. A administração da PHP, como reação a algumas acusações feitas sobre suas atividades, declarou que os empregados “contratados independentes” eram obrigados a receber o equivalente aos “salários negociados” da PHP e que, quando os contratados pagam seus trabalhadores com base na conclusão de tarefas, “isto requer um acompanhamento sob uma perspectiva de direitos humanos”. No entanto, a partir das entrevistas dos empregados, torna-se claro que, tendo em conta o número de horas trabalhadas, os trabalhadores de agências são frequentemente pagos com valores abaixo do salário mínimo legal e obviamente ganham menos do que os trabalhadores contratados diretamente pela PHP. Parece existir uma clara lacuna entre a política e a prática da empresa a este respeito. Os trabalhadores camaroneses ganham pouco, mas, no entanto, trabalham muito para abastecer os mercados franceses e britânicos, que representam os principais consumidores das exportações de bananas de Camarões. O trabalho começa às seis da manhã e termina por volta das cinco ou seis da tarde. Mas para um trabalhador camaronês do setor da banana não é incomum ficar até dez horas da noite em períodos de alta demanda. Os salários não são baseados em uma taxa horária, mas sim na tarefa atribuída pelos gestores a cada dia. Se a quota estabelecida não for atingida, o salário é retido. A diferença entre os salários oficiais (a partir de 31.777 CFA para um trabalhador não qualificado) e o salário real

recebido pode ser significativo. Portanto, muitos como Caroline, acabam ganhando menos do que o mínimo legal de 28.000 francos. Além disso, os problemas de saúde muitas vezes restringem o horário de trabalho. Ao mesmo tempo, a proteção dos empregados no local de trabalho é altamente insuficiente. Embora a etiqueta europeia GlobalGap garanta os padrões sociais e ambientais da produção de banana de Camarões, proibindo a pulverização de fungicidas aéreos - essa prática ainda é utilizada enquanto os trabalhadores estão nos campos. O equipamento de proteção obrigatório nem sempre é utilizado. A maioria dos catadores de bananas explica que eles têm que comprar botas novas regularmente, necessárias para proteção contra cobras mortais nas plantações. Na unidade de condicionamento, onde as bananas são tratadas antes de serem embaladas, as mulheres passam as horas de trabalho com as mãos embebidas em cloro, muitas vezes sem luvas, exceto durante as visitas de inspeção que são, é claro, anunciadas antecipadamente. As prescrições médicas são, supostamente, cobertas pela empresa, embora na prática, os trabalhadores devem comprar regularmente os seus próprios remédios (Rigobert 2015).

Pelo menos os trabalhadores do setor da banana de Camarões têm liberdade sindical. O Sindicato de Trabalhadores de Fako (Fawu) - Fako é a divisão na região sudoeste onde opera principalmente a CDC - tem 4.000 membros, dos quais 2.000 trabalham na indústria da banana. Esta união independente, formada em 1947, concomitante a CDC, é puramente financiada por contribuições de seus membros (1% de seu salário). Sua pequena equipe de sete funcionários lida com muitas infrações legislativas relativas ao trabalho na produção de banana: de demissões abusivas a casos de discriminação por idade (FAWU 2011).

Seu relacionamento com o conselho da empresa permanece, no entanto, correto, diz Charles MbideKude, encarregado dos assuntos jurídicos da Fawu: “Seis casos em cada dez estão amigavelmente resolvidos. Quando uma queixa vai ao tribunal, ganhamos em 90% dos casos, porque muitas vezes são devido a pessoas ignorando o código de trabalho “(FAWU 2011).

A legislação social de Camarões prevê que para uma função de trabalho igual, haverá igualdade de remuneração, sem discriminação de gênero, mas a estrutura salarial SMIG e SMAG continua a ser aplicável. O salário mínimo legislado em 2008 é fixado em 28.216 FCFA. Os vários trabalhadores de setores econômicos das Associações patronais e das Confederações Sindicais melhoram o salário mínimo através da negociação coletiva. A Negociação Coletiva para o setor Agrícola, a qual cabe o setor das plantações de banana, fixou o Salário Mínimo Agrícola em 30.777 FCFA. As disposições da Convenção Coletiva no Setor Agrícola relativas

ao salário mínimo e ao salário mínimo legalizado não são respeitadas e, por emboscada, os trabalhadores recebem menos que os dois salários mínimos estabelecidos. A emboscada é levada a cabo através do pagamento por resultados, o que implica pagamentos com variações. Este sistema é desvantajoso para os trabalhadores da banana em geral e as trabalhadoras, em particular, cujo salário de repouso devido as variações é geralmente 40% - 50% mais baixo do que o salário mínimo legislado (Gibbon 2011).

Devido a eles não serem pagos com um salário mínimo necessário, sofrem consequências tais como: incapacidade de educar seus filhos até o ensino médio; incapacidade de prover para si e para a família pelo menos duas refeições equilibradas por dia; incapacidade de contratar acomodação adequada, resultando em superlotação das acomodações de quarto único, devido ao fato de que 25% do seu salário básico, pago a eles como Subsídio de Habitação, é extremamente inadequado; e por último, 25% de 30.777FCFA resulta em 7.675FCFA, e um único quarto custa 12.000FCFA.

A situação contradiz o Acordo Coletivo Nacional das Empresas Agrícolas, que prevê o avanço dos trabalhadores de uma categoria a outra, na base do mérito bi-anual. As avaliações dos desempenhos para as mulheres, para fins de aumento de mérito por seus Chefes Seccionais são uma ferramenta usada para o assédio sexual, enquanto os Líderes de Linha usam os pagamentos com variações como outra possível ferramenta de assédio sexual (Emilia 2015).

Condições de trabalho precárias

Indo além dos níveis salariais baixos, outras preocupações fundamentais para os trabalhadores são as suas condições de trabalho. As questões incluíam a falta de pausas adequadas; a ausência de transparência no que se refere ao registro do número de horas trabalhadas em folhas de pagamento; a falta de saneamento, como as instalações sanitárias (cujo uso é apenas com a permissão de um gerente sênior que detém a chave) sem papel higiênico ou sabão, e a cultura da irresponsabilidade imprudente no armazenamento e aplicação de agroquímicos. O tema, em toda parte, foi um dos relatórios dos trabalhadores, conflitando com as alegações da gestão, esta disparidade muitas vezes é apoiada pela delegação, que testemunhou a situação durante as visitas a plantação.

Saúde e segurança

De acordo com funcionários da PHP, foram realizadas sessões diárias de segurança para reforçar essas medidas; esforços constantes são aplicados para inculcar uma consciência a respeito desta questão em

todas as áreas do negócio. Além disso, peças de teatro na empresa são usadas para destacar o comportamento seguro. A sinalização visível tem sido introduzida em locais estratégicos, como um lembrete constante de uma cultura de segurança em primeiro lugar. No entanto, a nossa visita à plantação em 2013 revelou que, apesar de todos estes esforços para garantir a segurança, malversações de segurança ainda são comuns. Assistimos a uma mulher grávida de nove meses, apenas alguns dias de começar a licença de maternidade, usando uma tampa de plástico para aplicar à mão o fertilizante, e luvas de borracha foram seu único equipamento de proteção. Ela nos disse que tem trabalhado de 4/5 horas no calor tropical sem uma pausa. Ela estava trabalhando ao lado de um colega do sexo masculino que estava misturando grandes quantidades do fertilizante para aplicação, novamente sem o equipamento de proteção apropriado. Foi esse tratamento casual dado a utilização de agroquímicos, aparentemente endêmico em todas as operações da PHP, que foi tão chocante. O nível de consciência dos perigos de manusear e aplicar uma gama de fungicidas, fertilizantes, nematicidas e pesticidas parece terrível em nível de gestão, com a sensação de que estes produtos químicos são um símbolo de progresso e desenvolvimento (Bonte 2011).

Embora tenhamos apreciado ver os trabalhadores na garagem usando equipamentos de proteção pessoal melhorados (PPE), a maioria dos trabalhadores em outras áreas relatou não ter PPE ou novos equipamentos, apenas uma vez por ano, quando a plantação recebe visitantes. Muitos trabalhadores de campo relataram ter que comprar seu PPE, como botas, por exemplo, custando 5000 francos CFA. Responsáveis por fumegar as plantações, em particular, relataram não receberem luvas, resultando em feridas repetidas em suas mãos. Trabalhadores declararam que, embora concebidas para um único uso, sua roupa de proteção é usado muitas vezes antes de ser descartada e é lavada repetidas vezes. Apesar de ter sido negada a permissão para visitar as instalações de lavanderia, deduzimos que os trabalhadores lavando a roupa de proteção para reutilização estão fazendo isso sem luvas ou outras roupas de proteção adequadas. Nós testemunhamos os trabalhadores que descarregam e que abrem os pacotes azuis de sacos forrados com Chlorpyrifos, um organofosfato, sem nenhum equipamento protetor. Isso incluiu mulheres grávidas abrindo as embalagens de sacos à mão, apesar do risco pré-natal de desenvolvimento neurocomportamental. Também parece haver uma falta de consulta com os trabalhadores sobre a adequação dos EPI fornecidos, dadas as condições tropicais em que as pessoas estão trabalhando. A qualidade também foi questionada com as botas que alguns tinham, durando apenas 3-4 meses antes de precisar de substituição. Nós testemunhamos mulheres trabalhando apenas com

chinelos de dedo, deslizando sobre o solo áspero da plantação (Yamileth 1998).

No que diz respeito à pulverização aérea de bananas para proteger contra a Sogatoka Negra, fomos informados pela gerência da PHP que a pulverização só ocorre pelas manhãs (por causa dos padrões de vento) e que as fazendas são informadas com antecedência para garantir que os trabalhadores sejam removidos do campo, nas 2/3 horas que a pulverização pode tomar. Uma reivindicação da gerência era que a pulverização só ocorresse em domingos. No entanto, nós filmamos o ciclo de uma aplicação de pulverização, a partir do avião sendo reabastecido e recarregado com pesticida na base aérea da PHP, para a aplicação deste pesticida no campo. Sinais podem avisar claramente que a pulverização aérea ocorre, mas a nossa experiência mostrou que, quando o faz, nenhum esforço é feito para impedir que as pessoas entrem na plantação. Por exemplo, os trabalhadores ao fim do dia passavam enquanto o avião pulverizava do alto, assim como outras pessoas, levando comida, possivelmente destinada à venda. Assistimos aos trabalhadores no campo enquanto este era pulverizado, e mais tarde nos dizendo, como muitos outros fizeram em entrevistas fora do local, que eles simplesmente se abrigavam sob folhas de bananeira (Dole 2012).

Um dos aspectos mais chocantes da visita foi a negação por parte do pessoal médico empregado pela PHP, de quaisquer impactos negativos para a saúde do manuseio de agroquímicos. Dada a extensa pesquisa nesta área e que muitos produtos químicos utilizados na indústria de banana são classificados como “perigosos” pela OMS, isso foi bastante surpreendente. Portanto, é difícil entender como pode haver um tratamento eficaz se não houver transparência sobre as possíveis causas dos problemas de saúde dos trabalhadores da plantação.

Todos os trabalhadores devem receber treinamento trimestral, incluindo conselhos sobre como lidar com produtos químicos. No entanto, parece haver uma ignorância cultural e uma inércia em toda a estrutura de gestão sobre os perigos colocados pelo manuseio, armazenamento e aplicação de agroquímicos tóxicos para os trabalhadores ou para o meio ambiente. Lá, por exemplo, parecia haver uma ausência de zonas tampão em torno de cursos de água em várias plantações da PHP. Em cada turno, flagrava-se a falta de segurança no manuseio e aplicação de agroquímicos, que foi negada a nível de gestão, assim como quaisquer impactos negativos para a saúde por parte do pessoal médico.

A PHP forneceu os cuidados de saúde especificados na Seção 98 do Código do Trabalho, com um hospital que atende aos trabalhadores, suas famílias e a comunidade, oferecendo uma gama de serviços incluindo assistência pré e pós-natal e um programa de vacinação. Os trabalhadores

expressaram uma ampla gama de preocupações sobre os cuidados de saúde prestados. Havia muitas queixas de suprimentos insuficientes de medicamentos e os trabalhadores tomavam doses incompletas ou combinações erradas de drogas devido a suprimentos irregulares. Isto empurrou os trabalhadores a comprarem os seus próprios medicamentos e não são posteriormente reembolsados. Houve um posto de primeiros socorros em cada plantação, mas estes estão apenas disponíveis por algumas horas, quando os trabalhadores estão no local. Não há medicamentos disponíveis quando os postos não estão atendendo.

Os trabalhadores relataram que 1-2 empregados desmoronaram em um mês e sendo levados para a clínica. Muitos trabalhadores preocupavam-se com a falta de ambulâncias suficientes para transportar trabalhadores doentes ou feridos para elas. As contribuições para a saúde de 800 francos CFA foram deduzidas dos baixos salários, mas os trabalhadores também tiveram de pagar uma taxa de consulta de 300 francos CFA e ter outros custos associados, como pagar alimentos para pacientes hospitalares. Os trabalhadores expressaram receios de que lhes fosse dada uma licença de doença insuficiente para se recuperarem de uma doença, que também contribuiria para a baixa produtividade, caso os trabalhadores em situação de má saúde tivessem que voltar ao trabalho. O pessoal de enfermagem também compartilhou uma série de preocupações, nomeadamente o atraso nas investigações de laboratório, unidades de esterilização não funcionando (autoclaves) (deixando uma clínica para usar um fogão a gás de dois anéis) e a falta de sala de secagem que é um problema particular da estação chuvosa. Eles também enfatizaram sua crença de que havia uma necessidade de 24 horas de provisão clínica.

Questões de gênero

Na PHP, 23% dos trabalhadores são mulheres com uma proporção de 60:40 mulheres para homens no setor de empacotar. Esta é uma taxa muito maior de mulheres empregadas nas plantações do que na América Latina. As mulheres começam sua licença de maternidade de quatro meses três semanas antes da data de nascimento do filho. O seguro social cobre o salário de maternidade. As mães em fase de amamentação recebem uma pausa de uma hora por dia para amamentar, que pode ser tomada no início ou no final do dia. Elas também têm o direito de começar a trabalhar às 8h, mas esses direitos não são respeitados. Essas mães recebem tarefas de campo quando retornam ao trabalho, para que elas terminem mais cedo. No entanto, as exigências de, por exemplo, retomar logo após o parto, tiveram graves efeitos para a saúde das mulheres, incluindo dores abdominais. A

gerência descreveu a remoção de mulheres de certas tarefas em resposta a sua hospitalização com essas dores. As mulheres grávidas poderiam trabalhar seis horas sem uma ruptura, aplicando o fertilizante, fumegando ou mesmo limpando canais da drenagem. As mulheres sentiam fortemente que - se fossem consultadas - poderiam propor melhores empregos para mulheres grávidas e mães que amamentavam durante os primeiros seis meses de volta ao trabalho, permitindo que as mulheres trabalhassem sentadas, como preparando materiais e lavando plásticos e espumas. As mulheres empregadas no setor de empacotar também sofrem uma série de queixas de saúde, incluindo dores nas costas e menstruação irregular (Nsoh 2011).

Infelizmente, as longas horas que as mulheres passam a trabalhar na casa de carga, especialmente à noite, significam que muitas vezes estão ausentes de casa e a incidência de violência doméstica parece estar aumentando como resultado. Além disso, se as mulheres recusarem favores sexuais a seu supervisor, elas temem que suas horas trabalhadas possam ser cortadas ou o emprego contínuo ameaçado.

Implicação da PHP na Inadimplência Fiscal

As companhias que operam no setor da banana em Camarões tinham um verdadeiro poder de influenciar, corromper e manipular os funcionários do governo para fins de conluio para se libertarem das suas obrigações fiscais. Njombe-Penja acolhe as atividades de dois dos três maiores operadores privados da indústria das bananas de Camarões: são os grupos da PHP e da SPM, com volumes de negócios anuais superiores a um bilhão de francos CFA. No entanto, apesar da presença destas gigantescas corporações do setor de bananas, as comunidades locais, nas quais elas operam, mantêm um orçamento incrivelmente baixo, enquanto possuem no seu território estruturas produtivas capazes de desenvolver significativamente o seu potencial de arrecadação fiscal, que podem ser utilizados para desenvolver as comunidades.

Dado o paradoxo de um plano orçamentário baixo, fornecido ao município, apesar da presença de antigas estruturas que são dos grupos da PHP/SPM, Kingué Eric Paul (o então prefeito da dita cidade) decidiu contratar os serviços de uma empresa de imposto, com sede em Yaoundé, a fim de obter uma avaliação confiável acerca das possibilidades fiscais do seu município. O estudo da questão pela empresa de consultoria revelou que o município de Penja perdeu cerca de dois bilhões e setecentos e cinquenta milhões de francos CFA de tributos e outros impostos devido à inadimplência fiscal praticada pelos grupos PHP, PMS e CAPLAIN, que

não cumpriram quaisquer das suas obrigações fiscais por cerca de 30 anos. Os esforços feitos pelo prefeito Kingué para corrigir a situação, só levaram a um ligeiro aumento do orçamento do município, que passou de 150 milhões de francos CFA para 256 milhões de francos CFA em 2008 (Oxfam 2009).

Do ponto de vista pessoal, a isenção concedida às empresas agroindustriais que operam no Moungoarea foi baseada em complacência, revelando a existência de manobras conspiratórias que tiveram um efeito adverso nos recursos fiscais. As isenções concedidas indevidamente às indústrias baseadas em produtos agro-alimentares em Penja violavam as disposições legais previstas no artigo 160.º do Código Geral dos Impostos, que sujeita as empresas acima à licença. No entanto, o não pagamento desta patente, que é de propriedade total do município de Penja, nos termos do artigo 156 do Código Tributário, impediu a elegibilidade do município à dedução diferida de 3% do saldo das sobretaxas municipais previstas na Ordem n.º 0013 / MINAT de 13 de janeiro de 1999.

Além do óbvio, outros 13 impostos municipais diretos e duas deliberações comunais não foram pagos pelas empresas operadoras. Nesta conjuntura, pode-se deduzir que essas empresas têm uma longa história de inadimplência fiscal, o que reduziu drasticamente o potencial fiscal que a cidade de Njombe-Penja poderia usar, a fim de garantir um orçamento estabilizado que poderia ser explorado para dar início a projetos de desenvolvimento na comunidade. A recorrência dessas práticas de inadimplência revela graves deficiências das empresas que exerceram suas obrigações em termos de governança, combate à corrupção e responsabilidade social corporativa e à probabilidade de conspirações prejudiciais e corruptas no município de Penja (Afite 2008).

Para ver mais claramente neste caso, Paul Eric Kingue decidiu buscar o consentimento do Gerente Geral da PHP através de uma correspondência escrita. Este pedido de informação feito pelo prefeito de Njombe-Penja provocou uma resposta sob a forma de negócios corruptos iniciados pelas empresas de banana. Notificados de que deveriam esclarecer sua posição fiscal perante o conselho de Penja, a PHP e a SPM, como alternativa a escolherem por proteger sua estratégia de evasão fiscal, buscaram concluir um pacto de corrupção com o ex-prefeito do município de Penja, depois em escritório.

Uso da Terra em Njombe-Penja

Três categorias de atores foram identificadas a partir das entrevistas, como criadores de conflitos relacionados à terra na comunidade de Njombé-Penja. Eles incluem: elites, proprietários das *plantations* e pequenos

agricultores. As elites que desejam terras para a agricultura comercial (como uma fonte de renda durante o período de aposentadoria) usam sua riqueza e poder para adquirir com força vastas extensões de terra, incluindo fazendas de alguns pequenos produtores para o cultivo, predominantemente, de palmeiras. Os agricultores em pequena escala, que são pobres e politicamente impotentes, geralmente são deixados sem terra, especialmente se eles não são compensados ou recebem terras agrícolas alternativas. Esta situação representou 16,9% dos conflitos relacionados a terra em Njombé. A presença de plantações agro-industriais como a da PHP, com uma superfície de aproximadamente 1250 hectares de terra em Njombé (Boa 2007, 29) é outra causa de disputas de terras na região. Enquanto a PHP utiliza grandes extensões de terra para a produção de bananas e abacaxis, e flores ornamentais para exportação, o seu desejo de expandir sua área de produção direta ou indiretamente leva a conflitos de terra. Perto de 11,3% de todas as disputas de terra em Njombé resultam diretamente da apropriação de terras de pequenos proprietários, especialmente terras que fazem fronteira com as grandes plantações, como a da PHP, sem compensação justa. Isso leva a disputas entre pequenos agricultores e proprietários de fazendas, já que cada ator está tentando proteger seu interesse de terras. A expansão da PHP indiretamente resulta em escassez de terra e aumento da pressão populacional sobre a terra, devido ao afluxo de migrantes para trabalhar nas plantações. Isso agrava a situação de conflito da área. Esses conflitos, de acordo com os agricultores, continuarão enquanto a plantação estiver se expandindo e se apropriando de suas terras.

O padrão de uso da terra na área é um efeito direto do passado e, portanto, como a terra é usada hoje é determinada por como ela foi usada no passado (período colonial). A terra em Njombé é usado para vários fins, incluindo agricultura de subsistência, agricultura comercial, ensaios experimentais, agricultura de plantação, imobiliário e outros projetos de desenvolvimento. A presença das plantações agro-industriais no centro da cidade dificulta o acesso às terras agrícolas, uma vez que os pequenos produtores são forçados a ir muito longe na floresta em busca de terras agrícolas.

Embora os pequenos produtores representem mais de 80% da produção interna de alimentos (FIDA 2008, 4), a presença de plantações agroindustriais no centro de Njombé tem algumas consequências negativas sobre os meios de subsistência dos pequenos produtores. Por exemplo, os agricultores achavam que a presença de plantações enfraquece o acesso e o controle dos recursos da população local agora e/ou no futuro, pois ocupa as melhores terras que levam o povo rural a cultivar em terras marginais que dificilmente produziriam o suficiente para alimentá-los e garantir

excedentes para o mercado. Isso afeta, portanto, seus direitos a padrões de vida adequados e aumenta sua vulnerabilidade à fome e à pobreza, uma vez que dependem fortemente da terra para sua subsistência (Pemunta 2014).

Em segundo lugar, os agricultores consideravam que as plantações deslocavam os produtores locais (pequenos agricultores) que muitas vezes têm o conhecimento de produzir de forma sustentável e estariam em condições de fazê-lo, com rendimentos ainda mais elevados se tivessem uma política agrícola favorável meio ambiente. Além disso, os inquiridos observaram que a sua saúde está ameaçada, uma vez que a pulverização aérea de bananas leva à poluição do ar. A água do rio, anteriormente usada pelos habitantes, agora é confiscada e usada para irrigar plantações. Os canais de irrigação dessas plantações estão sendo esvaziados nas áreas residenciais, que levam a doenças transmitidas pela água, especialmente durante a estação chuvosa. Isso reduz a capacidade dos agricultores de investir em outras atividades produtivas, como dizem “saúde é riqueza”.

Conclusão

O consumo de banana está aumentando em todo o mundo. Entretanto, há muito menos atenção na mídia para as condições ambientais e socioeconômicas, muitas vezes mais problemáticas do que as associadas à produção de cana-de-açúcar. Este trabalho teve como objetivo sensibilizar as empresas de fornecimento, como supermercados, sobre essas preocupações de sustentabilidade e delinear sugestões para melhores políticas empresariais. Relatórios recentes sobre diferentes países produtores de banana indicam que as condições de trabalho na indústria são muitas vezes problemáticas: trabalho forçado, trabalho infantil, falta de segurança no emprego, baixos salários e problemas de saúde e segurança. A indústria de bananas, como indicado no documento, está também ligada a uma série de impactos ambientais nocivos, incluindo a perda de habitats de animais, a biodiversidade e a poluição da terra e da água. O conflito de terra é um dos maiores problemas associados à produção de banana. Em Camarões registaram-se casos de tomada de terra. O inventário de relatórios que o presente documento consultou mostra que tais questões de sustentabilidade foram generalizadas. Um estudo de caso sobre o cultivo e exportação de bananas em Njombe-Penja pelo Haut Plantation du Njombe-Penja revela muitos dos mesmos problemas e também traz novos temas à mesa.

Este artigo conclui que entre os países consumidores de banana na Europa e na América do Norte, há pouca consciência ou interesse na origem da banana que eles compram. Isso levanta dúvidas sobre a

disposição e capacidade das empresas de venda de bananas para verificar se as políticas de sustentabilidade que podem impor aos seus fornecedores são efetivamente implementadas. Os principais supermercados europeus e norte-americanos geralmente têm políticas para mitigar o risco de práticas insustentáveis em suas cadeias de suprimentos. Contudo, abordar o alcance e a complexidade das questões de sustentabilidade que afetam a produção de bananas requer políticas mais ambiciosas.

Para os países produtores e exportadores de bananas, como Camarões, beneficiarem-se desta atividade, o documento trouxe com várias recomendações. Dado que as empresas envolvidas na produção de banana fizeram da exploração dos trabalhadores e das comunidades locais um princípio dentro da sua cadeia de abastecimento, este trabalho propõe as seguintes recomendações aos supermercados envolvidos na comercialização de bananas para o consumidor final:

- Recomenda-se aos supermercados que comprometam-se a se abastecer com bananas certificadas de forma sustentável, como um primeiro passo na implementação apropriada da manutenção dos direitos humanos;
- Investigar os direitos humanos e os impactos ambientais negativos em suas cadeias de suprimento de bananas; identificar plantações de bananas na origem de sua cadeia de suprimentos; verificar o cumprimento de suas políticas na origem de sua cadeia de suprimento de bananas;
- Mitigar os impactos negativos dos direitos humanos e ambientais em sua cadeia de suprimentos através de um compromisso direcionado e coordenado com diferentes partes interessadas, incluindo comunidades locais, ONGs, sindicatos e governos nos países produtores e importadores;
- Apoiar as empresas produtoras de bananas que tenham sido identificadas pela empresa como tendo impactos negativos específicos sobre direitos humanos e ambientais em seus esforços de remediação que envolvem comunidades e trabalhadores afetados e, finalmente,
- Publicar os nomes das empresas que produzem as bananas que vendem, para que sua responsabilidade possa ser examinada publicamente, e seu progresso possa ser avaliado independentemente.

REFERÊNCIAS

- Afite, M. 2008. *Rapport partiel ACAT*, p.1.
- Amin, S. 1974. *Accumulation on a world scale: A critique of the theory of underdevelopment*. New York/London: Monthly Review Press.
- Anania, G. 2014. "The role of trade policies, multinationals, shipping modes and product differentiation in global value chains for bananas: the case of Cameroon". *African Journal of Agricultural and Resource Economics Volume 10 Number 3: (174-191)*
- Ardener, S.G. 1958. "Banana Co-operatives in Southern Cameroons". In: *Conference Proceedings*. Ibadan: Nigerian Institute of Social and Economic Research, 10-25.
- Assobacam, 2015. Trade statistics. Acesso em 10 de outubro, 2015. <http://www.assobacam.com/index.php>.
- Atanga J. 2006. Social and Environmental Issues in Cameroonian Banana Production, Environmental System Analysis, Energy and Development, Göteborg, Sweden, 2006, p.29.
- Bagchi, A.K. 1982. *The political economy of underdevelopment*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bananalink, 2011. Banana Trade News Bulletin 46, February. Acesso em 23 de outubro, 2015. <http://www.bananalink.org.uk>.
- Barbier, J.-C., Courade, G & Tissandier, J.(1980). *Complexes agro-industriels au Cameroun*. Paris: ORSTOM.
- Barker, J., ed. 1984. *The politics of agriculture in tropical Africa*. Beverly Hills: Sage.
- Bates, R.H. 1981, *Markets and states in tropical Africa: The political basis of agricultural policies*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.
- Beckford, G.L. 1972. *Persistent poverty: Underdevelopment in plantation economies of the Third World*. New York/London: Oxford University Press.
- Bederman, S.H. 1971. "The demise of the commercial banana industry in West Cameroon". *Journal of Geography* 70 (4): 230-234.
- Bella, H. 2009. "Agriculture et croissance économique au Cameroun". Mémoire Institut Sous régional de Statistique et d'Economie Appliquée Yaounde(ISSEA).
- Bernstein, H. & Pritt, M. 1974. "Book review: Plantations and modes of exploitation". *Journal of Peasant Studies* 1 (4): 514-526.

- Boeke, J.H. 1953. *Economics and economic policy of dual societies*. New York: Institute of Pacific Relations.
- Bonte, Marie-Elisabeth. 2011. *The Banana: A Fruit Living on Borrowed Time*. Brussels: Belgium Development Agency.
- Brett, E.A. 1973. *Colonialism and underdevelopment in East Africa: The politics of economic change*. London: Heinemann.
- Clarence-Smith, W.G. 1989. "From plantation to peasant production in German Cameroun". In: P. Geschiere & P. Konings, eds. *Proceedings/contributions of the conference on the political economy of Cameroon – Historical perspectives, Leiden, June 1988*, Leiden: African Studies Centre, Research Report (2 vols), 483-502.
- Cooper, F. 1981. "Africa and the world economy". *African Studies Review* 24 (2): 1-86.
- Corporation*, London: James Currey.
- Courade, G. 1981/82. "Marginalité volontaire ou imposée: Le cas des Bakweri du Mont Cameroun". *Cahier ORSTOM, sér. Sci. Hum.* 18 (3): 357-388.
- Courade, G. 1985. *les plantations d'Unilever au Cameroun: plantations Pamol du Cameroun limited ou la croissance d'une firme multinationale dans une région marginales*. Yaoundé: ORSTOM.
- Courtenay, P. 1965. *Plantation agriculture*. London: G. Bell & Co.
- De Silva, S.B.D. 1982. *The political economy of underdevelopment*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Delancey, M.W. 1974. "Plantation and migration in the Mount Cameroon region". In: H.F. Illy, ed., *Kamerun: Strukture und Probleme der sozio-ökonomischen Entwicklung*, Mainz: Hase und Koehler Verlag, 181-236.
- "Dole: Behind the Smoke-screen". 2012.
- Economic Commission for Africa. 1984. *Transnational Corporations in the Banana Industry in Cameroon*. New York: United Nations.
- Epale, S.J. 1978. "The mobilization of capital in a rural milieu: The example of the Bakweri of the South-West Province of Cameroon". *Rural Africana* 2 (n.s.): 69-88.
- FAO. 2014. *The changing role of multinational companies in the global banana trade. Intergovernmental group on bananas and tropical fruits*. Rome: FAO.
- Frank, A.G. 1967. *Capitalism and underdevelopment in Latin America*. New York/London: Monthly Review Press.

- Gibbon, P. 2011. "Experiences of Plantation and Large-Scale Farming in 20th Century Africa". DIIS Working Paper 2011:20.
- Goldthorpe, J.E. 1985. *The sociology of the Third World: Disparity and development*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Graham, E. & Floering, I. 1984. *The modern plantations in the Third World*. London/Sydney: Croom Helm.
- Heinzen, B.J. 1984. "The United Brands Company in Cameroon: A study of the tension between local and international imperatives". Ph.D. Thesis, University of London.
- Hyden, G. 1980. *Beyond ujamaa in Tanzania: Underdevelopment and an uncaptured peasantry*. London/Ibadan/Nairobi: Heinemann.
- Jones, W.O. 1968. "Plantations". In: D.L. Sills, ed., *International Encyclopedia of the Social Sciences*, Vol. 12, 154-159.
- Kaptue, L. 1986. *Travail et main-d'oeuvre au Cameroun sous régime français 1916-1952*. Paris: L'Harmattan.
- Konings, P. 1986a. *The state and rural class formation in Ghana: A comparative analysis*. London/Boston: Kegan Paul International.
- La Nouvelle expression. Février 2012. *Banane : atteindre 500.000 tonnes de bananes par an*, édition du 06 février 2012.
- Laclau, E. 1971. "Feudalism and capitalism in Latin America", *New Left Review* 67: 19-38.
- Leys, C. 1975. *Underdevelopment in Kenya: The political economy of neo-colonialism*, London: Heinemann.
- Long, N. 1977. *An introduction to the sociology of rural development*, London: Tavistock Publications.
- Mahamat, K. D. 2014. "Multinational Companies in Global Banana Trade Policies", *Journal of Food Processing Technology*, Number 8, Vol.5, 1-8.
- Meillassoux, C. 1977. *Terrains et théories*, Paris: Maspero.
- Molua, H.N. 1985. "The Bakweri land problem, 1884-1961: A case study", M.A. Thesis, University of Ibadan.
- Nsoh, S. 2011. "Working Conditions of Female Banana Workers in the Republic of Cameroon". FAWU Gender Report for Bananalink.
- Ouma, E. & Jagwe. 2010. "Banana Value Chains in Central Africa: Constraints and Opportunities" Paper presented at the Joint 3rd African Association of Agricultural Economists (AAAE) and 48th Agricultural Economists Association of South Africa (AEASA) Conference, Cape Town, South Africa, September 19-23, 2010.
- Oxaal, I. 1975. "The dependency economist as grassroots politician in the

- Caribbean'. In: I. Oxaal, T. Barnett & D. Booth, eds, *Beyond the sociology of development: Economy and society in Latin America and Africa*, London/Boston: Routledge & Kegan Paul, 28-49.
- Oxfam France. 2009. "Des Sociétés à Irresponsabilité Illimitée", (Pp. 35)
- Pemunta, N. 2014. "New forms of land enclosures: multinationals and state production of territory in Cameroon". *Studia Sociologica*, LXI(2): 35-58.
- Pigeaud, F. 2009. "Indigestion de terres pour la République bananière". *Défis Sud n° 89*, Bimestriel juin-juillet
- Rey, P.-P. 1971. *Colonialisme, néo-colonialisme et transition au capitalisme: Exemple de la 'Comilog' au Congo-Brazzaville*, Paris: Maspero.
- Rote, R. 1986. *A taste of bitterness: The political economy of tea plantations in Sri Lanka*, Amsterdam: Free University Press.
- Sajhau, J.-P. & Von Muralt, J. 1987. *Plantations and plantation workers*, Geneva: ILO.
- Sajhau, J.-P. 1986. 'Employment, wages and living conditions in a changing industry: Plantations', *International Labour Review* 125 (1): 71-85.
- Skalidou, D & Labouchere, H. 2012. "Living and Working Conditions in the Banana sector in South West Cameroon". Final Report for BananaLink
- Stock at Stake. 2003. *Banana companies: A Corporate responsibility survey*, October 2003.
- Striffler, S. and Moberg M. (Ed). 2003. *Banana Wars: Power, Production, and History in the America*. London: Duke University Press.
- Terray, E. 1969. *Le marxisme devant les sociétés 'primitives': Deux études*, Paris: Maspero.
- Van Binsbergen, W.M.J. & Geschiere, P. eds. 1985. *Old modes of production and capitalist encroachment: Anthropological explorations in Africa*, London/Boston: Kegan Paul International.
- Wolpe, H., ed. 1980. *The articulation of modes of production: Essays from 'Economy and Society'*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Yamileth, A. 1998. Current Environmental Impact of the Banana Industry <http://www.bananalink.org.uk/pdfdocuments>, Acesso em 10 de julho, 2014.

Apêndice: Entrevistas

- Bernado, Ekane, Njombe-Penja, 18 de outubro de 2014.
Chief Nsonga, Njombe Penja, 21 de outubro de 2014.

Emilia Lima, Tiko, 20 de abril de 2015.
Ewane Robert, Tombel, 26 de fevereiro de 2015.
Ndifor Ransome, Njombe-Penja, 10 de abril de 2015.
Njume Epie, 16 de março de 2015.
Nzimbi Moses, Loum, 11 de outubro de 2014.
Rigobert Ndjimma, Melong, 12 de março de 2015.
Simeu Alexandre, Loum, 11 de março de 2015.

RESUMO

Um dos principais produtos cultivados nos países em desenvolvimento são as bananas, cuja receita por safra se configura como uma importante fonte de renda, uma vez que tal fruta é mais consumida na Europa e América do Norte. Por décadas, a economia das bananas tem sido um exemplo de injustiça comercial. A concentração de poder nas mãos de poucas companhias multinacionais afeta negativamente a vida de milhares de trabalhadores do setor das bananas e pequenos fazendeiros. Enquanto essa atividade tem gerado consideráveis lucros as corporações multinacionais que operam as plantações, os trabalhadores e as comunidades nas quais essas plantações estão assentadas têm sofrido injustiças. O artigo, nesse contexto, pretende avaliar algumas das questões de sustentabilidade que, de longa data, tem afetado a vidas dos trabalhadores e das comunidades na área de Njombe-Penja a qual é uma das principais áreas de produção de bananas em Camarões.

PALAVRAS-CHAVE

Corporações Multinacionais; sustentabilidade; cadeia de fornecimento na agricultura; desenvolvimento.

*Recebido em 30 de agosto de 2016.
Aprovado em 26 de outubro de 2016.*

Traduzido por Amabilly Bonacina